

# ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – FFLCH/ USP

## Gênero e mídias: a questão do aborto

Aluna: Maria Talib

1º semestre/ 2011

### Roteiro de atividades didáticas

#### Atividade 1

##### **Breve descrição:**

Análise de série de televisão *Malu Mulher*, exibida entre 1979 e 1980 pela rede Globo de televisão. A série consistia numa dramaturgia que dava espaço às questões femininas e contemplava as questões do movimento feminista.

Um episódio desta série chama atenção para os fins deste trabalho: “Ainda não é a hora”, 40 minutos (escrito por Euclides Marinho e dirigido por Daniel Filho). A Rede Globo disponibilizou comercialmente um BOX com esta série.

Neste episódio, há fortemente um posicionamento a favor da legalização do aborto, ideia que é construída a partir da argumentação das personagens e no desenrolar do episódio. Tal posicionamento favorável fica explícito neste trecho da fala dos personagens:

“Médico: (...) Essas clínicas, se é que se pode chamar de clínicas, são espertos, um bando de irresponsáveis.

Malu: Mas o que é você pode fazer? Enquanto não for legalizado, as infelizes das mulheres estão nas mãos deles, mesmo. Todo mundo condena, diz que é crime, diz que é pecado, mas, na hora, todo mundo fecha os olhos porque um dia pode precisar. Isso chama-se hipocrisia.

Médico: O chamado mal necessário.

Malu: Mas, então, se é necessário, se é uma coisa inevitável, porque não legalizar? Por que não tornar menos sórdido, mais civilizado? Ah!”

Este diálogo ocorre entre a personagem Malu (Regina Duarte) e seu médico ginecologista, após a consulta que ele realiza em sua casa à personagem Josineide (Lucélia Santos) que havia realizado o aborto naquele mesmo dia, a jovem sofreu uma complicação no procedimento do aborto e o ginecologista da Malu é chamado para assistir à jovem.

**Objetivo:**

Estimular a discussão sobre o tema a partir do episódio de TV ficcional.

**Recursos necessários:** TV e DVD

**Previsão de desenvolvimento:** Duas aulas, a primeira para exibição do episódio da série e a segunda para a discussão em sala.

**Dinâmica utilizada:** Discussão aberta em sala sobre o tema, norteadas pelo professor.

- Perguntar à sala se eles reconhecem algum posicionamento em relação ao aborto no episódio. Neutro, contra ou a favor da legalização?
- Discutir a partir da trama os riscos para a saúde da mulher que o aborto provocado em situações inseguras pode gerar.
- Questionar os alunos em relação ao discurso utilizado naquele momento sobre a interrupção voluntária da gravidez e as falas de hoje em dia. Se há 30 anos já havia demonstrações favoráveis a legalização do aborto na televisão aberta, como esta discussão é colocada hoje? Houve avanço ou retrocesso?

**Atividade 2**

**Breve descrição:** Análise de artigo jornalístico publicado recentemente na grande imprensa que tenha como tema central a questão do aborto.

**Objetivo:** Relacionar a discussão sobre o aborto com a mídia impressa exemplificada nos três artigos acima.

**Recursos necessários:** reprodução dos artigos para serem distribuídos para os alunos.

**Previsão de desenvolvimento:** Duas aulas, a primeira para leitura dos artigos e início da discussão e a segunda para desenvolvimento do debate e conclusão.

**Dinâmica utilizada:** Após leitura dos artigos apresentados a seguir, dividir a sala em grupos e iniciar discussão sobre o tema. Pedir para os alunos levantarem os argumentos utilizados nas matérias, tanto os favoráveis à descriminalização e legalização do aborto quanto os contrários e depois pedir para os grupos apresentarem os resultados para a sala. Relacionar ao posicionamento expresso nos artigos a presença de discursos políticos progressistas e conservadores.

14/10/2010 - 14:19 | Maíra Kubík Mano | São Paulo

### Aborto ilegal é 300 vezes mais perigoso para a mulher que o legal

Como fruto da Conferência Mundial de Direitos Humanos, celebrada em Viena em 1993, foi reconhecido que os direitos das mulheres são também direitos humanos e que os países deveriam garantir uma atenção adequada à sua saúde, assim como ao planejamento familiar.

Leia a série de reportagens:

[Tabu no Brasil, aborto é menos restrito na maioria dos países](#)

[Aborto: nos EUA, governo Bush deixou marcas que Obama tenta apagar](#)

[Veja as restrições legais ao aborto em cada país](#)

De maneira complementar, desde 1994, após a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, os membros da ONU (Organização das Nações Unidas) reconhecem como direitos humanos aqueles relacionados à reprodução e à sexualidade.

Países com menos restrições ao aborto, de acordo com a associação [Center for Reproductive Rights](#):

**56**

países, entre eles China, Rússia, França, Portugal e Estados Unidos, não impõem nenhum motivo específico para a mulher que faz o aborto.

>> Vivem nestes países 39,3% da população do planeta.

**14**

países, como Japão, Índia e Austrália, admitem o aborto por questões socioeconômicas (além da preservação da saúde física e mental da mulher).

>> Vivem nestes países 21,3% da população do planeta.

**23**

países autorizam aborto para preservar não só a saúde física, mas também a saúde mental da mulher. Israel é um deles.

>> Vivem nestes países 4,2% da população mundial.

**36**

países, entre eles Argentina, Bolívia e Equador, autorizam o aborto quando há riscos de saúde para a mulher.

>> Vivem nestes países 9,6% da população do planeta.

Em 1995, durante a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, o Desenvolvimento e a Paz, realizada em Pequim, foi firmada uma Plataforma para a Ação, onde os Estados afirmam que "a capacidade de as mulheres controlarem sua própria fecundidade constitui uma base fundamental para desfrutar outros direitos". No texto final, pede-se aos países que atentem para "a possibilidade de re visar as legislações que prevêem medidas punitivas contra as mulheres que fizeram abortos ilegais".

Além disso, "levando em consideração que o aborto inseguro é uma grave ameaça à vida e à saúde da mulher", propôs-se, como objetivo estratégico, "promover pesquisas dedicadas a compreender e encarar com mais eficácia as condições que determinam o aborto induzido e suas conseqüências, incluindo efeitos futuros na fecundidade, saúde reprodutiva e mental e na prática contraceptiva".

Leia mais:

*Em defesa da vida, o aborto*

*Um continente, muitas diferenças*

*EUA aprovam "pílula dos cinco dias seguintes"*

*Madrilenhos protestam contra projeto de liberação do aborto*

*Governistas querem voltar a debater legalização do aborto no Uruguai*

*Argentina se prepara para discutir a polêmica ampliação do direito ao aborto*

*Encarceradas por abortar: mexicanas cumprem penas de até 30 anos em Guanajuato*

## **Mortalidade da mulher**

Segundo cálculos da OMS (Organização Mundial de Saúde), a taxa de mortalidade devida a abortos induzidos varia de 0,2 a 1,2 mortes a cada 100 mil abortos nos países onde a prática é legalizada; naqueles onde não é, o número sobe para 330 mortes a cada 100 mil abortos. Cerca de 13% das aproximadamente 600 mil mortes por ano de mulheres relacionadas à gestação e ao parto ocorrem em decorrência de abortos inseguros, ou seja, sem recursos mínimos de higiene e assistência capacitada.

Paralelamente a essas discussões foi criada, em 1998, a Corte Penal Internacional, com o objetivo de julgar indivíduos acusados de violar os acordos internacionais. Em seu estatuto está a questão da gravidez forçada, que é considerada um crime de lesa humanidade e um crime de guerra junto com a violência, a escravidão sexual, a prostituição forçada, a esterilização forçada e outros tipos de abusos sexuais tão graves quanto.

# 68

**países proíbem totalmente o aborto ou abrem alguma exceção, como risco de vida para a mulher. Brasil, Chile, México e Irã estão neste grupo.**

**>> Vivem nestes países 25,7% da população mundial.**

Em 16 de setembro de 2010, a ex-presidente do Chile, Michelle Bachelet, foi nomeada para coordenar a recém-criada ONU Mulher, uma espécie de "superagência" das Nações Unidas que reunirá as quatro já existentes relacionadas ao tema (o Fundo para o Desenvolvimento da Mulher - Unifem, a Divisão da ONU para o Avanço da Mulher, o Instituto Internacional de Pesquisas e Capacitação para a Promoção da Mulher e o Escritório Especial em Assuntos de Gênero).

A nomeação foi recebida positivamente por grupos pró-aborto e vista como uma possibilidade para avançar na discussão sobre sua descriminalização. Ainda que o Chile tenha uma das legislações mais proibitivas do mundo, não aceitando nenhuma exceção às interrupções voluntárias de gestações, quando presidente Bachelet apoiava a chamada "pílula do dia seguinte", que previne a gravidez até 72 horas após o sexo sem proteção.

[http://operamundi.uol.com.br/reportagens\\_especiais\\_ver.php?idConteudo=6972](http://operamundi.uol.com.br/reportagens_especiais_ver.php?idConteudo=6972)

31/05/2011 - 17h47

## **Religiosos defendem legalização do aborto na Argentina**

DA ANSA, EM BUENOS AIRES

Representantes de diversas religiões pediram nesta terça-feira a descriminalização do aborto na Argentina e expressaram seu apoio à Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito.

Dezenas de organizações sociais e de gênero no país, que integram a Campanha Nacional, convocaram um festival para hoje em frente ao Congresso Nacional para incentivar a aprovação do Projeto de Lei de Interrupção Voluntária da Gravidez, que já foi assinado por 50 parlamentares.

Durante uma conferência conjunta no Legislativo, o pastor Lisandro Orlov, da Igreja Evangélica Luterana Unida, manifestou que "é necessário tirar o tema [do aborto] do

Código Penal para colocá-lo na perspectiva dos Direitos Humanos, do Evangelho e dos direitos das pessoas".

Por sua vez, a pastora Mariel Pons, da Igreja Evangélica Metodista, declarou que "limitar a discussão à descriminalização do aborto a um leilão entre quem está a favor e contra a prática é banalizá-la: ninguém pode estar a favor da interrupção de uma vida".

No entanto, segundo ela, o problema "vai mais além desta falsa polarização: a mulher que busca o aborto o faz com angústia e tristeza. A comunidade tem que assumir esta realidade, não escondê-la, mas trazê-la à tona".

O rabino Daniel Goldman, da Comunidade Bet El, enfatizou que "o aborto se pratica goste ou não a vizinha, o professor, o juiz, o religioso ou o legislador". Sendo assim, questiona o rabino, "qual é o lugar do Estado, pensando que sua função é homogeneizar socialmente dando direitos e igualdade?".

A deputada federal Cecilia Merchán, uma das organizadoras do diálogo inter-religioso, ressaltou que "para nós era importante deixar de lado um debate falso, esse que dizem que por um lado estamos promovendo o aborto e do outro estão as igrejas. Mostramos que não é assim".

Merchán antecipou que dezenas de artistas e músicos, parlamentares, personalidades da cultura, intelectuais, jornalistas, dirigentes sindicais e políticos aderiram à campanha.

"O aborto legal é um tema central a respeito dos direitos humanos e à saúde das mulheres", disseram as organizações. "Sua criminalização e sua ilegalidade não impedem que sejam praticados cerca de 500 mil abortos por ano, e o fato de que não estejam garantidas condições sanitárias dignas, seguras e gratuitas aprofunda a desigualdade e faz que morram mulheres, em geral jovens e pobres", completaram <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/923413-religiosos-defendem-legalizacao-do-aborto-na-argentina.shtml>

21/04/2011 - 13:30 | Diário Liberdade | Lisboa

## **Hungria aprova Constituição que proíbe o aborto e permite que os pais votem pelos filhos**

A maioria de direita que compõe o governo da Hungria aprovou o novo projeto de Constituição proposto pelo partido Fidesz, do primeiro-ministro, Victor Orban, no qual ressaltam a importância do cristianismo na "preservação da nacionalidade", e o papel da família como "base da

sociedade", permitindo que os pais votem em nome dos filhos menores.

Com subtítulo, "Deus abençoe a Hungria", o projeto constitucional aprovado pelo Parlamento de Budapeste deverá entrar em vigor em 1 de janeiro de 2012. O documento afirma a separação da religião e do Estado, mas, no preâmbulo, "reconhece o papel do cristianismo na preservação da nossa nacionalidade", embora admita a existência de "diferentes tradições religiosas no nosso país".

*Leia mais:*

*Veja as restrições legais ao aborto em cada país*

*Tabu no Brasil, aborto é menos restrito na maioria dos países*

*Ignacio Ramonet: a xenofobia europeia*

*Aborto ilegal é 300 vezes mais perigoso para a mulher que o legal*

*Aborto: nos EUA, governo Bush deixou marcas que Obama tenta apagar*

*Gel vaginal reduz em quase 40% a infecção pelo vírus HIV, aponta estudo*

*Encarceradas por abortar: mexicanas cumprem penas de até 30 anos em Guanajuato*

"Estamos orgulhosos de que o nosso rei Santo Estevão tenha criado a Hungria com alicerces fortes há mil anos tenha tornado o nosso país membro da Europa cristã", consta no preâmbulo da Carta Magna.

O documento salienta o papel da Hungria "batalhando ao longo de séculos para proteger a Europa", fazendo referência, de acordo com os seus autores, o envolvimento nas guerras contra os turcos e os soviéticos.

O novo texto é apresentado pelos autores como "uma Constituição para o século XXI" e define a família como "base para a sobrevivência da nação".

### **Voto da família**

Um aspecto considerado inédito e exclusivo pelos próprios dirigentes do partido é o conteúdo do artigo 21, que determina que uma maioria de dois terços do Parlamento poderá proporcionar poderes adicionais aos pais de famílias numerosas para votarem em nome dos filhos menores. O artigo é omissivo quanto à situação de pais divorciados mas permite concluir, por exemplo, que a família do atual premiê, com quatro filhos ainda menores, poderá votar seis vezes.

O texto afirma que "não pode ser considerada uma infracção à lei da igualdade dos direitos de voto" a atribuição de votos adicionais aos pais em nome de filhos menores. Associações de

cidadãos já criticaram o artigo por considerarem que viola a Declaração Fundamental dos Direitos do Homem. O partido de Orban dispõe da maioria de dois terços no Parlamento.

A nova Constituição húngara é discriminatória para os homossexuais. A Hungria, afirma, “protege a instituição do casamento entre o homem e a mulher, uma relação matrimonial voluntariamente estabelecida”. Interrogado sobre a eventualidade dos casamentos homossexuais, um porta-voz do Fidesz explicou que nada na legislação europeia impõe que esse tipo de união seja questão para uma Constituição do século XXI.

A interrupção voluntária da gravidez torna-se liminarmente anti-constitucional: “a vida de um feto deve ser protegida desde a concepção”, lê-se no documento.

De acordo com a nova Constituição, o Estado deve manifestar “sentido de responsabilidade” na defesa dos húngaros fora do país, designadamente apoiando “os seus esforços para preservarem a cultura húngara”.

A Lei Fundamental da Hungria passa a exigir maiorias de dois terços no Parlamento para aprovar legislação europeia, designadamente eventuais alterações ao Tratado de Lisboa.

[http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticia/HUNGRIA+APROVA+CONSTITUICAO+QUE+PROIBE+O+ABORTO+E+PERMITE+QUE+OS+PAIS+VOTEM+PELOS+FILHOS\\_11406.shtml](http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticia/HUNGRIA+APROVA+CONSTITUICAO+QUE+PROIBE+O+ABORTO+E+PERMITE+QUE+OS+PAIS+VOTEM+PELOS+FILHOS_11406.shtml)

### **Atividade 3**

**Breve descrição:** Arte e realidade, retratos sobre aborto.

**Objetivo:** Promover a discussão sobre a interrupção da gravidez a partir da visão artística sobre o tema. A arte, que também se ocupa dos temas da realidade, como forma de expressão dos dilemas da sociedade, retratados neste caso pelo olhar da artista portuguesa que teve a intenção de promover a discussão política sobre o assunto ao pintar esta série.

**Recursos necessários:** Slides e projetor ou computador e Datashow para reproduzir as imagens para a sala.

**Previsão de desenvolvimento:** Duas aulas, uma para introdução do tema e apresentação das imagens, e outra para discussão aberta em sala.

**Dinâmica utilizada:** Discutir a temática do aborto a partir das pinturas da artista portuguesa Paula Rego, nascida em Lisboa, Portugal em 1935. Suas obras estiveram em exposição no Brasil recentemente na Pinacoteca do Estado de São Paulo (19 de março a 05 de junho de 2011).

Uma das características que definem a obra de Paula Rego é a construção de uma narrativa visual da condição humana, abordando temas como violência, jogo de poder, crueldade e a situação da mulher. Segundo Marco Livingstone, curador da mostra, 'Paula produziu de maneira consistente uma obra que se comunica de forma poderosa e direta com todos que possuem um sentido de compaixão e justiça social.

Em 1997, Paula desenvolveu a série Abortion (O aborto) com a intenção de chamar a atenção das autoridades portuguesas para esta questão. São pastéis que retratam adolescentes e jovens mulheres praticando arriscados abortos clandestinos.

Fonte:

<http://www.pinacoteca.org.br/pinacoteca/default.aspx?c=exposicoes&idexp=533&mn>



Paula Rego, Tríptico, (Série Aborto), 1997-1999.



Paula Rego, Série Aborto.



Paula Rego, Estudo para Aborto, 1988. Lápis sobre papel, 31 x 42 cm.

Fontes:

<http://sala17.wordpress.com/2010/09/20/paula-rego-1935-percursos-pelo-imaginario-infantil-e-feminino/>

<http://aprendemos-mikasmiblogspot.com/2009/05/paula-rego-mulheres-simbolicas.html>

<http://www.casadahistoriaspaularego.com/pt/colecaoA7A3o/desenho.aspx>